

# Comércio no Lago Sul só com apoio da comunidade

JOÃO RAFAEL TORRES

DA EQUIPE DO CORREIO

A decisão de manter comércios em áreas residenciais no Lago Sul depende agora do governador Joaquim Roriz. O projeto de lei que prevê a renovação dos alvarás de funcionamento foi aprovado ontem em segundo turno na Câmara Legislativa, com apoio das bancadas do governo e da oposição. As regras impedem a instalação de novos pontos de comércio e de prestação de serviço, e ainda exige a participação da comunidade para decidir sobre os que já existem. Se aprovado, o projeto terá validade até a criação do Plano Diretor do Lago.

Cerca de 600 estabelecimentos poderão ser beneficiados. De acordo com informações da Associação dos Prestadores de Serviço e Comércio do Lago Sul (APSAC), são mais de 3 mil empregos diretos. "Temos um papel importante para a comunidade, além de contribuir com os cofres públicos com o pagamento de impostos. Entendemos que as novas regras buscam o bem-estar na vizinhança", comentou o presidente da APSAC, Alúcio Maluf.

A lei prevê que os comerciantes e prestadores de serviço precisam ter a aprovação de 75% dos vizinhos para conseguir o alvará. Além disso, precisam reservar estacionamentos, de forma que o movimento de carros no conjunto não incomode os moradores.

Para o deputado Izalci Lucas (PFL), autor do projeto, a proposta é restringir a ação desses estabelecimentos nas áreas residenciais. Por isso, não há brechas para a criação de novos pontos. "O ideal seria proibir o comércio. Mas tem empresa com mais de dez anos no local e que não poderia ser penalizada de uma hora para outra", completa o distrital.

O deputado distrital Chico Leite (PCdoB) deu o único voto contrário à aprovação da lei. Na justificativa, disse que a discussão deveria priorizar a criação do plano diretor, e não a concessão de novos alvarás. "Isso é um remendo. Os moradores e comerciantes não podem depender de leis e determinações que mudam a cada mês", explicou.

A administradora do Lago Sul, Natanry Osório, afirma que a nova lei não é a ideal, mas será importante para conter a expansão do comércio nas residenciais. "Vamos cumpri-la da mesma forma que cumprimos a lei atual, que proíbe a concessão de novos alvarás. Quem não atender às regras terá que sair. Há várias salas disponíveis nas comerciais para quem quer se estabelecer."

Natanry frisou que, com a aprovação da lei, o papel de fiscalização e aprovação dos alvarás vai depender diretamente da comunidade. "Além de assinar para a instalação do comércio, é o morador quem vai estar perto para denunciar excessos, como o uso de áreas verdes para estacionamentos."

COLABOROU ROBERTO FONSECA